

Diário do Nordeste – 21/10/2007

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=480741>

Serviço pode sair mais caro ao consumidor

O processo de modernização e substituição da matriz energética no Brasil, com a realização dos leilões que comercializam a produção de usinas que ainda serão implantadas, pode repercutir em aumento do valor pago pelo consumidor final para ter acesso ao serviço. O risco advém do fato de que o custo para adquirir uma nova energia é hoje duas vezes maior que o de comprar por uma que ainda será gerada.

Na comercialização feita hoje, adquirir 1 mega watt hora (MWh) de energia antiga sai por preços que partem da casa dos R\$ 60, enquanto no último leilão realizado pela Aneel, a mesma quantidade foi negociada por R\$ 128. Os contratos têm validade oscilando entre 8 e 30 anos em função do tipo de energia, conforme demanda do operador do sistema e disponibilidade dos investidores.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende, afirma que 'este ônus terá de ser diluído com a sociedade, mas com a vantagem de estar ocorrendo uma limpeza da matriz'. Essa diversificação contribuiria para diminuir o risco de um novo racionamento de energia.

Pela última projeção feita pelo **Instituto**, referente a dados do primeiro semestre, o Brasil tem possibilidades de 22% de passar novamente pelo problema do racionamento energético, em 2010, 'em um cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,8% ao ano, mesmo com o deslanche das obras do Proinfra e com a expansão da oferta de gás natural no mercado'.

O gerente de regulação e mercado da Coelce, José Caminha Alencar, não acredita que a paulatina modernização da matriz impacte em elevações abruptas nas tarifas cobradas dos consumidores. 'O processo vai ser lento, de modo que a energia antiga, mais barata, ainda terá grande importância na composição da produção que está sendo ofertada, mantendo o preço no nível próximo do atual', argumenta.

Carvão é alternativa?

Para **Claudio Sales**, no curto e médio prazo, o Nordeste brasileiro precisa investir na geração de energia termelétrica, inclusive utilizando carvão como insumo em um cenário de escassez de gás natural. 'O potencial hidrelétrico da região já foi plenamente aproveitado e é preciso diversificar a matriz de forma mais imediata e barata', argumenta o especialista, garantindo que 'tecnologias modernas viabilizam a utilização do insumo a um nível aceitável de poluição'. De acordo com o **Instituto**, o setor energético no Brasil responde por apenas 2% das emissões de gases que contribuem para o efeito-estufa, enquanto as queimadas geram 80% do total. (LA)

BNB E BNDES - Bancos têm carteira energética de R\$ 1,8 bi

Por movimentarem vultosos montantes de capital, muitos projetos energéticos, sobretudo os que têm por objetivo a produção, demandam financiamentos junto a bancos de fomento, capazes de emprestar grandes quantias por prazos elásticos a juros mais baixos que o praticado no mercado.

No Ceará, a carteira de financiamentos de energia chega a R\$ 1,8 bilhão captado junto ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e ao BNB (Banco do Nordeste), com contratos que somam R\$ 1,480 bilhão e R\$ 341 milhões, respectivamente.

Nelson Siffert, chefe do departamento de energia elétrica do BNDES, afirma que 'o setor é beneficiado com um dos menores níveis de spread de toda a linha de atuação do banco'. Em alguns casos, o acréscimo à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é de apenas 0,5%, como ocorre com os projetos de hidroeletricidade de grande porte. De acordo ele, 'energia tem sido uma área prioritária para o banco'. No caso cearense, ele destaca os projetos para linhas de transmissão e para os parques eólicos. Além das usinas, o banco se prepara para ofertar crédito para fabricantes de aerogeradores. 'Uma das restrições do banco é não financiar a aquisição de equipamentos importados. Estamos dispostos a financiar a vinda de novas fabricantes para o País', revela.

Os contratantes possuem um prazo de até vinte anos para quitarem o empréstimo, com carência de até seis meses após a entrada em operação do empreendimento financiado.

Para os projetos conduzidos em sua área de atuação, o Banco do Nordeste aceita financiar até 50% do valor total do projeto. A principal fonte de recursos empregada é o FNE (Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste), que hoje cobra taxas anuais de juros de 11,5% ao ano, com bônus de adimplência de 25% para o semi-árido e de 15% para as demais regiões.

Com a demanda por crédito crescendo em toda a economia, o superintendente de negócios do banco, Válter Freitas, revela que já está sendo operacionalizado o acesso a outros fundos, como o de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o da Marinha Mercante (FMM). Por enquanto, ele antecipa análises avançadas para projetos de telecomunicações na Região. (LA)

